

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 15 de dezembro de 2025 às 07h57*  
*Seleção de Notícias*

CNBC Brasil Online | BR-SP

Propriedade Intelectual

Parceria da Disney com a OpenAI sinaliza novos tempos para Mickey Mouse .....	3
MICHAELE GASPARINI	

Jota Info | BR

12 de dezembro de 2025 | ABPI

Receita Federal publica interpretação que permite apreensão de itens piratas sem ordem judicial .....	5
DA REDAÇÃO	

Migalhas | BR-SP

12 de dezembro de 2025 | Propriedade Industrial

STJ: Ministro manda TJ/PR reavaliar uso da marca "Positivo" por escola .....	7
MIGALHAS	

## Parceria da Disney com a OpenAI sinaliza novos tempos para Mickey Mouse



O acordo entre a Disney e a OpenAI representa um dos movimentos mais significativos da indústria do entretenimento na integração com a inteligência artificial. A empresa investiu cerca de US\$ 1 bilhão em uma parceria com a OpenAI, visando transformar processos criativos, operacionais e estratégicos. O acerto marca uma mudança histórica na postura da gigante, que há décadas evita ceder o controle de suas criações para terceiros.

A aproximação entre Disney e OpenAI reflete o avanço tecnológico do setor e a necessidade de adaptação a novas ferramentas. A companhia, conhecida por sua política rígida de controle sobre **propriedade** intelectual, adota agora uma abordagem mais aberta, alinhando-se a outras líderes do mercado que já incorporam IA em larga escala. O objetivo é ganhar eficiência, reduzir custos e ampliar a presença de seus conteúdos em novas plataformas.

A relação da Disney com o uso e o licenciamento de suas criações sempre foi marcada por cautela extrema. Um dos casos mais simbólicos ocorreu com Steamboat Willie, curta de 1928 que marcou a estreia de Mickey Mouse. A empresa fez esforços contínuos para manter os **direitos** autorais da obra sob controle, mesmo após o vencimento de prazos legais de copyright. O personagem só entrou em domínio público nos Estados Unidos em janeiro de 2024, após

décadas de disputas.

O receio da Disney de permitir usos externos de suas marcas e personagens sempre foi associado à proteção do valor comercial de seus ativos. Ao longo dos anos, a empresa evitou licenciamentos que envolvessem autonomia criativa de terceiros, mesmo que pontualmente tenha liberado conteúdos sob regras rígidas. Por isso, o acordo com a OpenAI rompe um padrão histórico e sinaliza uma nova visão estratégica.

De acordo com fontes próximas ao projeto, a colaboração entre Disney e OpenAI permitirá o uso de ferramentas de linguagem natural, automação de processos e geração de conteúdo com base em IA generativa. As soluções serão aplicadas em áreas como atendimento ao cliente, produção de roteiros, legendas e até desenvolvimento de personagens. A intenção é acelerar fluxos internos sem comprometer a identidade das marcas.

O movimento ocorre em meio à expansão global de tecnologias baseadas em IA, com impacto direto na criação audiovisual. Empresas como Netflix e Amazon já usam algoritmos para sugerir tramas, prever sucesso de lançamentos e personalizar conteúdos. Ao ingressar nesse ecossistema, a Disney tenta preservar sua relevância em um ambiente cada vez mais competitivo e automatizado, sem abrir mão de sua tradição criativa.

Especialistas apontam que o envolvimento direto da Disney com a OpenAI pode inaugurar uma nova fase

Continuação:  
Parceria da Disney com a OpenAI sinaliza novos tempos para Mickey Mouse

no uso ético e responsável da IA no entretenimento. A empresa, que construiu seu legado sobre personagens e narrativas cuidadosamente elaboradas, terá o desafio de equilibrar **inovação** tecnológica com coerência de marca. O modelo a ser adotado poderá influenciar os padrões da indústria nos próximos anos.

# Receita Federal publica interpretação que permite apreensão de itens piratas sem ordem judicial

DA REDAÇÃO



Entidades de combate à pirataria comemoram publicação e dizem se tratar de demanda antiga do setor privado

A Receita Federal publicou um ato declaratório interpretativo (ato 3/2025) que autoriza a apreensão de mercadorias falsificadas por parte de fiscais sem a necessidade de a empresa vítima acionar a Justiça. Nesse caso, o auditor-fiscal da Receita deve intimar o titular da marca a fornecer provas de que houve violação do seu direito de **propriedade** intelectual. A medida foi encarada como uma conquista para entidades do setor e advogados que atuam na área.

David Fernando Rodrigues, sócio do Montaury Pimenta Machado & Vieira de Mello Advogados, explicou ao JOTA que, antes do ato interpretativo, o procedimento não era padrão: alguns fiscais davam início ao processo administrativo, e outros recorriam à via judicial.

"A gente está no meio de uma uma leva de apreensões de produtos falsificados do livro de colorir Bobbie Goods. Só na região fiscal de Curitiba, a gente pegou mais de 60 containers. Tem fiscal que faz processo administrativo, tem fiscal que faz judicial... então isso vira uma confusão, até pra explicar para o titular da marca que a mesma situação tem dois tra-

tamentos distintos", disse.

Conforme o Decreto 6.759/2009, quando a autoridade aduaneira retém produtos com suspeita de falsificação, alteração ou imitação, ela deve notificar o titular dos direitos da marca para que solicite a apreensão judicial das mercadorias irregulares. A solicitação deve ocorrer no prazo de dez dias úteis.

O ato interpretativo 3/2025 consolida o entendimento de que, se a empresa vítima intimada não solicitar a apreensão judicial no prazo estabelecido, o auditor-fiscal pode então intimá-la a fornecer provas da violação, desde que respeitado o direito de defesa e o contraditório do importador.

Se ficar comprovado que as mercadorias importadas "violam bens jurídicos tutelados pelo direito público", o ato prevê que deverá ser aplicada a pena de perdimento dos produtos.

"Quando o procedimento era judicializado, o juiz nomeava um perito que perguntava para o titular da marca: 'como eu faço para saber se esse produto teu é original ou falso?' Ou seja, a empresa tinha que pagar para entrar com um processo judicial, pagar para que um perito fizesse um laudo, para que esse perito falasse com base nas informações que ela mesma forneceu", afirmou Rodrigues.

Segundo ele, alguns importadores de produtos falsificados defendiam que o processo judicial era importante porque a palavra da empresa não poderia ser levada em conta uma vez que ela seria parcial. "Isso, no meu entendimento, não se sustentava, porque a empresa tem total interesse em que as mercadorias originais dela circulem", disse o advogado.

Demanda antiga

Continuação: Receita Federal publica interpretação que permite apreensão de itens piratas sem ordem judicial

Para Márcio Gonçalves, coordenador da Comissão de Repressão às Infrações da **Associação** Brasileira da Propriedade Intelectual (**ABPI**), o entendimento da Receita Federal representa um "enorme avanço" e consiste em um "pleito antigo" do setor privado.

De acordo com ele, o fato de os laudos de inautenticidade poderem ser realizados diretamente pelos titulares de marcas, sem necessidade de ação judicial, contribui para "uma maior efetividade e celeridade a estes procedimentos". Além disso, "há uma uniformização de procedimentos por parte das unidades da Receita Federal, evitando-se entendimentos díspares", disse ao JOTA.

A publicação do ato também foi comemorada pelo Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP) e pela Associação Paulista da **Propriedade** Intelectual (ASPI).

Para Edson Vismona, presidente do FNCP, trata-se de "importante medida de defesa do mercado legal" e que "confere a necessária agilidade para o enfrentamento de produtos ilegais no Brasil".

Mariana Benfati, coordenadora da Comissão Rede de Proteção à **Propriedade** Intelectual da Associação Paulista da **Propriedade** Intelectual (ASPI), disse que "o melhor lugar para reter esses produtos, de fato, são os portos. É muito mais fácil reter ali do que quando a mercadoria já está diluída no mercado". Isso, segundo ela, além de ser um benefício para os detentores de marcas, traz "uma prerrogativa maravilhosa para a sociedade como um todo".logo-jota

## STJ: Ministro manda TJ/PR reavaliar uso da marca "Positivo" por escola



Relator, ministro Humberto Martins, reafirmou que dano moral por violação de marca é presumido e determinou retorno dos autos ao tribunal de origem para reanálise da indenização.

Marcas e patentes STJ: Ministro manda TJ/PR reavaliar uso indevido da marca "Positivo" Relator, ministro Humberto Martins, reafirmou que dano moral por violação de marca é presumido e determinou retorno dos autos ao tribunal de origem para reanálise da indenização. Da Redação

sexta-feira, 12 de dezembro de 2025

Atualizado às 16:57

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

O ministro Humberto Martins, do STJ, deu provimento a recurso especial da Positivo Participações S.A. para determinar o retorno de ação ao TJ/PR, a fim de que seja reavaliada a indenização por danos morais e materiais decorrentes do uso da marca "Positivo" por instituição de ensino.

Na decisão, o relator reafirmou a jurisprudência do STJ segundo a qual o dano moral, em casos de violação de marca, é presumido (*in re ipsa*), sendo desnecessária a comprovação de prejuízo concreto.

Entenda o caso

A controvérsia teve origem em ação de abstenção de uso de marca cumulada com indenização por danos materiais e morais ajuizada pela Positivo Participações S.A. contra instituição de ensino que utilizava o nome "Positivo" em sua razão social.

A autora alegou que a coexistência das marcas no mesmo segmento - educação - poderia induzir o consumidor a erro, criando falsa percepção de vínculo entre as empresas e violando o direito de exclusividade marcária.

Ministro Humberto Martins manda TJ/PR reavaliar indenização por uso da marca "Positivo" em instituição de ensino.(Imagem: Emerson Leal/STJ)

Em 1ª instância, a ação foi julgada improcedente. O TJ/PR, ao analisar a apelação, reformou parcialmente a sentença para reconhecer a impossibilidade de as partes atuarem no mesmo ramo com o mesmo nome, determinando que a instituição ré se abstinhasse de utilizar a marca "Positivo", com adequação da razão social.

No entanto, afastou a condenação por danos materiais e morais.

Quanto aos danos materiais, o tribunal estadual entendeu não haver valores indenizáveis, uma vez que os serviços prestados pela instituição de ensino eram gratuitos e financiados por subsídios estatais.

Em relação aos danos morais, concluiu não ter sido demonstrado dolo na adoção do nome nem prejuízo à reputação da autora.

Após embargos de declaração, acolhidos apenas para redistribuição dos ônus sucumbenciais, a Positivo interpôs recurso especial, sustentando que a violação ao direito marcário presume o dano moral e autoriza a apuração de danos materiais em fase de liquidação.

Continuação: STJ: Ministro manda TJ/PR reavaliar uso da marca "Positivo" por escola

## Dano moral é presumido

Ao analisar o recurso, o ministro Humberto Martins afirmou que o TJ/PR se afastou da jurisprudência consolidada do STJ. Segundo o relator, o dano moral decorrente do uso indevido de marca é aferível in re ipsa, ou seja, decorre da própria prática ilícita, sendo desnecessária a demonstração de prejuízo concreto ou de abalo à imagem do titular.

O ministro também ressaltou que, em hipóteses de concorrência desleal e violação de direitos de **propriedade** industrial, os danos materiais podem ser presumidos e apurados em liquidação de sen-

tença, especialmente quando há potencial confusão do consumidor e desvio de clientela.

Com esse entendimento, Humberto Martins reconsiderou decisão anterior e deu provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao TJ/PR para que seja feita nova análise sobre a indenização devida, à luz da orientação do STJ.

Processo: AgInt no AREsp 2.954.410

Confira a decisão.



## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade Intelectual**  
3, 5

**Direitos Autorais**  
3

**Inovação**  
3

**ABPI**  
5

**Propriedade Industrial**  
7